



HAL
open science

Resistindo ao niilismo através das novas tecnologias: experiências de mídia livre

Luiz Carlos Pinto Da Costa Jr., Jonatas Ferreira, Maria Eduarda Da Mota

► To cite this version:

Luiz Carlos Pinto Da Costa Jr., Jonatas Ferreira, Maria Eduarda Da Mota. Resistindo ao niilismo através das novas tecnologias: experiências de mídia livre. XV Encuentro de Latinoamericanistas Españoles, Nov 2012, Madrid, Spain. pp.468-478. halshs-00874496

HAL Id: halshs-00874496

<https://shs.hal.science/halshs-00874496>

Submitted on 18 Oct 2013

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.



Actas
Congreso
Internacional
América
Latina:
La autonomía
de una región

XV Encuentro de
Latinoamericanistas
Españoles

Actas del Congreso Internacional “América Latina: La autonomía de una región”, organizado por el Consejo Español de Estudios Iberoamericanos (CEEIB) y la Facultad de Ciencias Políticas y Sociología de la Universidad Complutense de Madrid (UCM), celebrado en Madrid el 29 y 30 de noviembre de 2012.

Editores:

Heriberto Cairo Carou, Almudena Cabezas González, Tomás Mallo Gutiérrez, Esther del Campo García y José Carpio Martín.

© Los autores, 2012

Diseño de portada: tehura@tehura.es
Maquetación: Darío Barboza
Realización editorial: Trama editorial
trama@tramaeditorial.es
www.tramaeditorial.es
ISBN-e: 978-84-92755-88-2

RESISTINDO AO NIILISMO ATRAVÉS DAS NOVAS TECNOLOGIAS: EXPERIÊNCIAS DE MÍDIA LIVRE

Luiz Carlos Pinto da Costa Jr., Jonatas Ferreira y Maria Eduarda da Mota

Resumo

Há uma vasta literatura que produz uma crítica por atacado ao fenômeno tecnológico que constitui a quintessência das sociedades modernas. Citemos alguns nomes expressivos dessa tradição: Arendt e suas considerações acerca da redução da política ao labor; Marcuse e a idéia de unidimensionalidade da experiência humana nas sociedades de massa; Adorno e Horkheimer e sua crítica à razão instrumental e à indústria cultural; Heidegger e a leitura da tecnologia como disponibilização sem sentido do mundo, sua afirmação de que tecnologia e niilismo andam juntos; Virilio e suas ponderações sobre o caráter dromocrático, irrefletido de nossos envolvimento com tecnologias de informação e comunicação. Há um enorme poder argumentativo nessas análises, mas elas pecam por constituir uma crítica por atacado, além de fornecer uma compreensão questionável do significado da tecnologia nas sociedades modernas. Claro, aqueles que vêem apenas oportunidades na sociedade de informação, como Pierre Lévy, incorrem em equívoco semelhante. A tecnologia não é unidimensional, nem mobilização sem sentido, tampouco nossa última esperança, mas um espaço ambíguo, e por isso político, no qual a diferença pode ser produzida. Através das experiências de mídia livre, verificaremos em que medida a resistência à instrumentalização da vida, à transformação da política em labor, tem sido produzida.

Introdução

É atribuída a Heidegger a afirmação que diz ser a tecnologia o destino da civilização ocidental. Mas o que é mesmo a técnica? O que é mesmo a tecnologia? Como, e por que, eventualmente, a tecnologia constituiria a trajetória obrigatória da cultura ocidental - dentro da qual, de um modo muito particular, sul-americanos, latinos, inscrevemo-nos? Para o filósofo alemão, a resposta a essas questões passa pela constatação de que a civilização ocidental produziu um determinado tipo de encontro entre o ser humano e o mundo que o circunda, encontro que se caracteriza pela mobilização e aceleração constantes. E se há um projeto mobilizador que caracteriza o ocidente e, particularmente, o ocidente moderno, este não se realizaria nas proporções em que ele hoje se realiza sem que a própria comunicação entre os seres humanos fosse reduzida a essa compulsão pela performance, pela extração de energia do vivo e da matéria inanimada (Ferreira, 2010). As tecnologias da informação e da comunicação, para Heidegger, constituiriam a consumação da metafísica em sua incapacidade de pensar a humanidade do ser humano fora dos limites deste projeto de controle total dos seres.

E a mobilização constante dos entes, a dinâmica que exaure a energia de tudo, seria apenas uma maneira de falar que o *labor*¹ se tornou a única forma de pensar a relação que os seres humanos entre si, e estes com o mundo, estabelecem na cultura ocidental. O próprio convívio humano, neste contexto, já não nos coloca algo além da exaustão pelo trabalho. Tal constatação permite-nos perceber dois fatos: *a tecnologia é uma questão política da maior importância*; nos limites de nossa cultura, esta só é concebível a partir de um olhar transcendente sobre o mundo, aquele olhar de que Hannah Arendt fala na *Condição Humana*, o olhar do cosmonauta que vê a terra, parte integrante das possibilidades de seu ser, de uma perspectiva distanciada. Apenas essa distância garante a instrumentalidade da razão, apenas ela nos sentencia o labor como quintessência do político. Recentemente, Stephen Hawkin propôs que teríamos de nos acostumar com a ideia de que a terra iria se tornar inabitável, um planeta exaurido, arruinado pelos nossos envolvimento técnicos, que precisaríamos pensar em abandonar o planeta. Curiosa solução técnica para um problema técnico – e que afinal não resolve nada.

Com vistas a alargar a compreensão das potencialidades das novas tecnologias, podemos partir da crítica à redução do trabalho ao labor. Como diz a Arendt, o trabalho e seu produto, o artefato humano, emprestam certa permanência e durabilidade à futilidade da vida mortal. O labor, pelo contrário, não deixa frutos a não ser a própria continuidade da vida. O resultado de seu esforço é consumido quase tão depressa quanto seu dispêndio (Arendt, 1997, p. 98). O desenvolvimento das forças produtivas poderia liberar um crescente contingente humano de uma parte desse esforço, redirecionando-o para a produção de artefatos que possam povoar a vida humana. Mas, segundo Arendt, não foi isso que aconteceu. As horas vagas do “animal laborans” não foram ocupadas com atividades do “homo faber”; pelo

1 O labor é a atividade que corresponde aos processos de reprodução biológica do ser humano; o trabalho diz respeito à produção de artefatos que constituem um mundo diferente do ambiente natural; a ação é a única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação de coisas ou da matéria, é a condição de toda vida política (ARENDR, 1997: 15).

contrário, foram absorvidas pelas práticas de consumo, complementares ao labor. A autora assinala: “O perigo é que tal sociedade, deslumbrada ante a abundância de sua crescente fertilidade e presa ao suave funcionamento de um processo interminável, já não seria capaz de reconhecer a sua própria futilidade – a futilidade de uma vida que ‘não se fixa nem se realiza em coisa alguma que seja permanente, que continue a existir após terminado o labor’ ” (Arendt, 1997:148 - citando Smith, no final). Labor e consumo são dois estágios de um mesmo processo imposto ao homem pelas necessidades da vida. Não é através do consumo que as atividades humanas escaparão à exigência de assegurar as coisas necessárias à vida e de produzi-las em abundância. O que quer que façamos, devemos fazê-lo para “ganhar o próprio sustento”, eis o veredito da sociedade (1997: 139). Neste sentido, uma “sociedade de consumo”, para Arendt representa o perigo de que toda a produtividade humana seja sugada por um processo vital intensificado em um ciclo natural eternamente repetido.

Há, portanto, na civilização ocidental uma compulsão à repetição, um esquecimento trágico da possibilidade de pensar uma relação não instrumental com o mundo e com a vida. A tradução desse esquecimento seria a própria tecnologia, seu elemento matematizador, seu saber antecipador que, enquanto tal, é sempre capaz de enquadrar, arquivar os seres animados e inanimados em uma bocejo entediado: “É apenas mais do mesmo”. Na *Dialética do Esclarecimento*, mais exatamente no excuro que ali é feito à obra de Sade, Adorno e Horkheimer já falaram sobre isso, sobre a incapacidade de a cultura moderna estabelecer relações sociais em que alguma forma de *pathos* prevaleça e não a distância do cálculo (Adorno e Horkheimer, 1985). Mais contemporaneamente, poderemos também dizer que a cultura do espetáculo, do consumo, da produção de celebridades efêmeras, das tragédias descartáveis, é necessariamente tecnológica precisamente no sentido já identificado por Heidegger, Arendt, Horkheimer, Adorno: apenas a mobilização distanciada dos entes é aqui a regra. É isso que permite que e demanda uma estética do horror nos seja apresentada em filmes, noticiários televisivos etc. De que outra forma, senão através do horror, do mórbido, das tragédias descartáveis, nossa atenção seria, mesmo que momentaneamente, capturada?

Mais radicalmente, ainda, poderíamos suspeitar de que sob o gesto de Prometeu, sob a perspectiva de afastar de nosso cotidiano a inexorabilidade de nossa mortalidade, através de instrumentos, de artefatos que nos abrigam, protegem, ampliam nossas faculdades, ou seja, sob a técnica, haja o perigo de que tudo se encontre esquecido precisamente quando alcança exposição total. Uma vez mais, o desespero cultural de Adorno e Horkheimer nos ocorre como ilustração de uma crítica absoluta à tecnologia. E sem chegar àquele extremo, àquele desespero, poderíamos também recordar o Heidegger de *Cartas sobre o Humanismo* que afirma ser a tecnologia algo que mostra, exhibe, dissecar, escondendo.

Eventualmente, há aspectos na contribuição heideggeriana que precisam ser desenvolvidos. Por não empreender esse esforço, as análises de Arendt, Horkheimer, Adorno, debitárias daquela outra, erram por apresentar uma percepção unidimensional, catastrófica da técnica e da tecnologia. Acreditamos, por outro lado, perceber uma ambigüidade fundamental no âmbito da própria técnica - uma aporia que deve ser compreendida como uma dimensão fundamental da própria finitude humana, e não como traço de uma ou outra cultura específica. Com Derrida e Stiegler, podemos afirmar que a técnica é aquilo que, constituindo nosso horizonte, afasta de nosso cotidiano a nossa mortalidade, mas, por outro lado, destina-nos irremediavelmente a nunca esquecer dessa mortalidade. A técnica, e a tecnologia, são portanto ambíguas, abrem-se em aporias que são a força mesmo de sua dinâmica, são, em suma, humanas. E essa é sua força política, aquilo que põem em suspensão, mas não elimina, a possibilidade de que não estejamos fadados ao nihilismo cultural, ao labor sem sentido.

O espaço político que Arendt percebe como eixo da cultura ocidental, e mais radicalmente de nossa condição moderna, o automatismo de não ver outra perspectiva existencial, cultural que não a mobilização perpétua dos seres, sua exaustão, é de fato uma constatação tão importante quanto apavorante. Mas há ali um político que já não pode ser político, uma dimensão do político que aborta sempre a possibilidade do conflito, do dissenso. Acreditamos, por outro lado, que, como coisa humana e fundamentalmente aporética, a tecnologia e a técnica, abrem novamente a questão da produção da diferença, a outra possibilidade. E isso não como utopia que não nos diz organicamente respeito, mas como possibilidade não garantida nas tragédias daquilo que há. Derrida, Stiegler nos chamam atenção para nossa condição de seres protéticos, seres para quem o mundo é sempre o mundo da mediação tecnológica. Tecnologia é o rastro daquilo que perdura, da tradição, se quiserem um jargão mais próximo das ciências sociais, mas o que perdura não pode ser entendido sem um conflito intestino, sem as violências que configuram o horizonte das coisas possíveis. Se a tecnologia é o destino das sociedades ocidentais, é preciso manter em aberta a perspectiva de que o mundo técnico não seja unidimensional (Ferreira, 2010).

Existe uma farta literatura que discorre sobre as novas tecnologias como algo que produz seres híbridos - em especial, aquelas que se desenvolvem sob a influência da cibernética, o que não deixa muita coisa de fora. Ciborgues, falava-se na década de 1990 (Haraway, 1991; Bell e Kennedy, 2000; Gray, Figueroa-Sarriera, Mentor, 1995). Havia ali um Futurismo requentado, uma esperança irônica de libertação pela técnica, no que pese um diagnóstico interessante acerca de estruturas tradicionais de poder. “Feministas ciborgues devem argumentar que ‘nós’ não queremos mais a unidade da matriz natural e que não há construção que seja uma totalidade. Inocência, e a insistência que culmina com a vitimização enquanto fundamento para insight, tem feito muito dano” (HARAWAY, 1991, 157). E: “Culturas high-tech desafiam esses dualismos de maneiras intrigantes. Não fica claro quem produz e

que é produzido na relação entre o humano e a máquina” (Ibid., p. 177). Esse mesmo Futurismo é, por vezes, tomado como perspectiva distópica; a tecnologia contemporânea esmaga a subjetividade, desorienta, cria apenas simulação sem realidade. Citaríamos aqui, sobretudo, Baudrillard e Virilio. “A inteligência dromocrática não se exerce contra um adversário militar mais ou menos determinado; ela se exerce como um assalto permanente ao mundo e através dele, como um assalto à natureza do homem. O desaparecimento da fauna e da flora, a anulação das economias naturais, são apenas a lenta preparação de destruições mais brutais” (Virilio, 1997, p. 69). Mas, já afirmamos acima, nossa condição é protética em um sentido completamente diferente do que aquele primeiro conjunto de referências propunha – e, assim, também não pode aceitar candidamente o tom catastrófico que este segundo conjunto de referências alardeia. Pois, na medida em que o espaço técnico é um espaço de “indecibilidade” e ao mesmo tempo de decisões precárias, de esquecimento, de “*hypomnēsis*” e ao mesmo tempo de rememoração, ele é um espaço político em que uma alternativa à reificação, instrumentalização, ao empobrecimento existencial pode ser pensada (Derrida, 2001).

O ensaio que propomos, todavia, não tem um cunho apenas teórico. Partindo das constatações críticas que formulamos acima, de fato, só poderíamos nos orientar através da investigação concreta dos horizontes políticos abertos na sociedade de informação. E é nesse sentido mesmo que pretendemos analisar em que medida as experiências de mídia livre constituem um espaço tenso em que uma perspectiva não niilista, instrumental, possa ser forjada de dentro do, em oposição ao, capitalismo contemporâneo. Em geral, todavia, as políticas de inclusão digital limitam-se a promover o acesso a equipamentos de informática, reeditando a organização de lugares econômicos (a classe) e simbólicos - organização na qual cabe ao sujeito que não detém os meios de produção ser mero usuário ou peça do sistema produtivo, e não exercer um papel criativo, perturbador em relação a este. O que se apresenta aí como perspectiva política é a reprodução de uma relação de tutela de tais “usuários” com respeito aos objetos técnicos usados para a produção de valor. Os interesses sistêmicos de reprodução do capital atuam de uma forma muito concreta: restringindo a possibilidade de atuação dos indivíduos, que passam a lidar com caixas-pretas, pacotes tecnológicos fechados, cuja lógica de funcionamento interno, cujos princípios de estruturação políticos não parecem constituir questões relevantes. O corolário desse tipo de truismo, sob o qual se escondem o peso de hegemonias políticas, históricas, é a restrição de apropriação criativa sobre as ferramentas de produção de valor – apropriação que possa mesmo pôr em questão os princípios amplos sobre os quais o que chamamos de fenômeno tecnológico é produzido.

As ações coletivas com tecnologias livres, por outro lado, parecem indicar uma perspectiva oposta a esta - uma perspectiva na qual são produzidas condições para uma apropriação crítica das tecnologias de informação e comunicação. Os princípios que informam essa apropriação devem tornar possível a produção de valor com base na improvisação contínua, na comunicação, nas subjetividades culturalmente construídas, nas relações afetivas, no cotidiano sensitivo das comunidades envolvidas. O trabalho imaterial que se desprende dessas potencialidades está afinado com aquilo que Gorz pontuou como sendo o “trabalho da produção de si”. Nesse sentido, o caminho traçado pelas ações coletivas com tecnologias livres é tal que permite contribuir para a construção de espaços lógicos, físicos, afetivos e normativos que permitam a expansão das potências criativas, a quebra da previsibilidade e a superação da relação industrial entre projeto e produto. Aliás, neste sentido, o resultado das ações coletivas com tecnologias livres se aproxima de seu próprio percurso, de sua relação processual com os sujeitos que tomam parte, sendo composto de encontros, celebrações, performances, compartilhamentos de saberes, intenções. A pergunta que propomos como guia do presente ensaio é identificar em que medida essas iniciativas podem ser percebidas como fraturas no discurso hegemônico acerca das tecnologias de informação e comunicação – fraturas onde o político poderia se reinstalar.

Tecnologias de informação e comunicação em contexto

Desde o seu surgimento, a imprensa esteve umbilicalmente ligada ao desenvolvimento do capitalismo. Na sua primeira fase, era um sistema de correspondências privadas voltadas a instruir os agentes econômicos sobre oportunidades de investimento em mercados que se interligavam. Somente a partir do século dezoito, os jornais literários e políticos substituíram aquela finalidade estritamente econômica pelo interesse na formação de uma opinião pública entendida como o fundamento do poder nas sociedades burguesas. A concentração econômica que levou ao surgimento do capitalismo monopolista, no século dezenove, alcançou a imprensa e restituiu-lhe a finalidade do lucro, desembocando na formação dos grandes grupos de comunicação que controlam diferentes ramos da produção simbólica.

De maneira geral, é possível afirmar que as tecnologias de informação e comunicação vem se desenvolvendo ao longo dos últimos duzentos anos no passo do capitalismo, como produto e condição das transformações do mundo moderno. Assim, os trens foram uma condição fundamental para o desenvolvimento do jornalismo e da indústria editorial modernas, assim como estes constituíram uma força cultural indispensável à consolidação de uma racionalidade moderna, capitalista. O telégrafo impulsionou uma financeirização embrionária do capitalismo, a formação de um mercado de investimentos ágil. Sem esse mercado os grandes conglomerados da comunicação não seriam concebíveis. Há assim, como registram diversos autores (Harvey, 2001, por exemplo), uma afinidade eletiva

entre, por exemplo, mídias centralizadoras quanto a produção de conteúdos, tais como o rádio e a televisão, a racionalidade organizacional da empresa capitalista e a economia planejada que emergiu das grandes crises políticas e econômicas do século vinte. Costuma-se dizer que o dito regime de acumulação flexível nada seria sem as novas tecnologias de informação e comunicação, sem sua arquitetura menos centralizadora e em rede. E o impulso, evidentemente, funciona na outra direção: a acumulação flexível é um insumo fundamental de uma cultura da inovação que vem revolucionando sem cessar os meios de produção e transmissão da informação.

E se aceitamos esse ponto de vista, parece claro que uma visão retrospectiva sobre o caso brasileiro teria muito a nos dizer acerca de nosso tema. A urbanização brasileira foi um espaço fértil para o surgimento da comunicação de massas. As primeiras tentativas de radiodifusão no Brasil, realizadas em 1922, respiraram os ares ufanistas do centenário da independência. Em 1934, Vargas assume a presidência do Brasil no mesmo ano em que a famosa marchinha de Lamartine Babo é gravada pela RCA Victor. “Quem foi que inventou o Brasil? Foi seu Cabral! Foi seu Cabral!” Eleito pela Assembléia Nacional Constituinte, Vargas anunciava por radiodifusão: “Prometo manter e cumprir com lealdade a Constituição Federal...” Em 1935, o rádio já era usado para estimular, através da propaganda, o consumo. A primeira música gravada por Orlando Silva, naquele ano, dizia: “Choppe da Brahma é o primeiro! Choppe da Brahma é o primeiro! De garrafa ou de barril...”². Também a *exaltação do trabalho durante o Estado Novo* encontrou na cultura radiofônica um espaço privilegiado de disseminação ideológica.

“Quem trabalha é quem tem razão,
Eu digo e não tenho medo de errar.
O bonde São Januário leva mais um operário,
Sou eu quem vou trabalhar”³.

Do mesmo modo, o projeto de desenvolvimento brasileiro promovido pela ditadura militar esteve intimamente relacionado à modernização dos meios de comunicação, a um papel central que a televisão viria a desempenhar no país. Os investimentos públicos nas telecomunicações foram uma condição essencial para interligar o país em rede e realizar um projeto que, durante a era Vargas, permaneceu inconcluso devido aos limites técnicos e financeiros da burguesia nacional e do próprio Estado. Mesmo consciente da força da propaganda, Vargas só dispunha de veículos de projeção local ou regional, como o cinema e o rádio. Já o Regime Militar, sobretudo a partir do governo Castelo Branco, empreendeu um esforço sistemático na construção de uma rede de radiodifusão centrada na TV, superando os obstáculos técnicos e investindo pesadamente como principal anunciante, para que a integração nacional alcançasse também a dimensão simbólica. Finalmente, poderíamos dizer que há uma grande cumplicidade entre o desenvolvimento dos meios de comunicação e informação no Brasil e os projetos de desenvolvimento nacional. Ambos pressupõem estratégias centralizadoras, controle de conteúdos e de decisões políticas. Além disso, os meios de comunicação de massa tiveram uma importância estratégica não apenas na produção do consenso em torno de um regime autoritário, mas sobretudo na veiculação de anúncios que permitiam acelerar a formação do mercado consumidor de maneira a sincronizá-lo com o aumento abrupto da oferta de bens e serviços industrializados.

Lembremos, de passagem, que, como em um caso típico de capitalismo tardio, a industrialização pesada aconteceu no Brasil através da implantação de plantas industriais que já operavam com uma produção em larguíssima escala, sem o compasso que os países europeus conheceram entre o aumento da oferta de bens e o paulatino crescimento do consumo. A publicidade, nesse contexto, teve um papel ainda mais estratégico do que nos países desenvolvidos, tanto mais pela concentração de renda que amplia o risco de subconsumo. Cabe ainda mencionar a convergência entre os anúncios de bens industrializados e a propaganda política *strictu sensu*, uma vez que cada geladeira ou automóvel anunciado funcionava como um atestado do sucesso do modelo de desenvolvimento capitalista adotado. Isso significa que, durante a ditadura, a idéia de desenvolvimento recebeu sua tradução mais corrente na forma de bens e serviços industrializados, de modo que o fascínio pela industrialização substituiu as promessas de modernização mais amplas que contemplavam a liberdade. Assim, a confluência ideológica entre a publicidade, o consumo e o controle dos meios de comunicação explica o grande esforço dos militares na formação de um sistema de alcance nacional, centrado na TV. Se a redemocratização trouxe maior visibilidade a outros discursos e atores sociais, não eliminou essa confluência, com a diferença de que, hoje, o controle dos meios de comunicação é mais estritamente econômico, cabendo ao Estado apenas garantir as condições institucionais de monopólio da radiodifusão.

Não podemos esquecer que, tanto no caso do modelo de capitalismo adotado após 1964 quanto nos efeitos desse modelo sobre o sistema de comunicação, deparamo-nos com um desenvolvimento dependente na exata medida em que a própria ideia de desenvolvimento constitui uma caixa-preta. Embora não devamos desconsiderar limites estruturais à abertura dessa caixa, como por exemplo, a escala de desenvolvimento da ciência no Brasil, o próprio padrão da industrialização brasileira, dependente, fragmentado, a inovação tecnológica sempre foi considerado algo para além de nossas possibilidades, um luxo com o qual não poderíamos sonhar. Quando começamos a pensar na inovação tecnológica como uma questão de primeira importância, também começamos a pensar em questões como apropriação e democratização da tecnologia. Isso não significa, todavia, que o passado está vencido pela

² Fonte: <http://www.locutor.info/audio/EradeOuro.html>; acessado em 30/05/2011.

³ Fonte: <http://www.locutor.info/audio/EradeOuro.html>; acessado em 30/05/2011.

oportunidade que se abre. Afirmemos apenas que o peso de uma tradição desenvolvimentista autoritária é plenamente compatível com a redução do ser humano à sua dimensão laboral, para voltarmos a Arendt. Porém, já aqui percebemos que essa confluência é histórica e não essencial.

Tomemos ainda um exemplo em que o peso da tradição política brasileira se impôs sobre possibilidades de democratização. No âmbito do sistema de comunicação tomado em sua totalidade, a posição da TV em um mercado tão oligopolizado como o brasileiro tem restringido a experimentação de maiores potencialidades das tecnologias digitais. A TV digital começou a operar em 2007, estendendo sua cobertura para 425 municípios até dezembro de 2010⁴. Criado pelo decreto presidencial n.º. 4.901 de 2003, o Sistema Brasileiro de TV Digital Terrestre (SBTVD-T) tem como base o padrão japonês (ISDB-T) e permite a alta definição, a mobilidade, a portabilidade, a multiprogramação e a interatividade, propriedades técnico-expressivas com potencial para transformar toda a nossa experiência com a TV. Segundo Fachine et al., “Como em outros países, a digitalização da TV foi cercada por esperanças e promessas de maior qualificação e diversificação da oferta de conteúdos. Entretanto, com exceção da imagem em alta definição, a programação das emissoras de televisão aberta nacionais praticamente não sofreu qualquer alteração”. Apesar de a transição para o modelo digital de TV ainda estar em curso, é possível afirmar que, até aqui, ela tem sido capitaneada pelas empresas de radiodifusão e isso tem limitado enormemente a efetivação das suas potencialidades.

O sistema proposto integra elementos do padrão japonês e um *middleware*⁵ inovador, o Ginga, único componente do ISDB-Tb que é inteiramente nacional. Mas, como “não existiam mais, no País, uma forte indústria eletroeletrônica com interesses próprios a defender, nem outros atores realmente de peso, para sustentar soluções tecnológicas inteiramente *nacionais*” (Dantas, 2009, p.298), os radiodifusores acabaram obtendo sucesso na condução do processo e na defesa de seus interesses diante do avanço da TV paga e das operadoras de telecomunicações, interessadas em levar o sinal para celulares e também em distribuírem conteúdos. O ISDB-Tb permite às emissoras levar diretamente o sinal para os receptores móveis, deixando de fora do negócio as grandes operadoras de telecomunicações e mantendo o controle da distribuição de conteúdos. Permite também às emissoras melhorar a qualidade da imagem dos seus programas (alta definição), mas sem necessidade de grandes rupturas no modo como se assiste à televisão (Fachine et al., 2011).

Assim, se, do ponto de vista eminentemente técnico, o padrão tecnológico da TV digital brasileira pode ser considerado como inovador, o peso político dos radiodifusores tem limitado essa inovação à simples melhoria da qualidade da imagem. É possível dizer que, por enquanto, a visão instrumental do mercado está traçando os rumos da convergência digital no âmbito da TV. Essa visão está pautada pela preocupação em restringir o acesso livre às potencialidades da tecnologia digital, em função da necessidade de concentração da audiência para fins publicitários. Ampliar a oferta de conteúdos e a interatividade significa ampliar também os custos da programação televisiva, sem a garantia de aumento proporcional da audiência. A concentração do público em um mesmo produto televisivo é condizente com a racionalidade econômica de uma produção sustentada pela publicidade. Mas, em última instância, é a força política desproporcional dos radiodifusores diante de outros atores econômicos e dos movimentos sociais pela democratização da mídia que permite a prevalência dessa racionalidade econômica. Enquanto a situação for essa, as enormes potencialidades técnico-expressivas da TV digital dificilmente serão realizadas.

Se a força política dos radiodifusores tem imposto um uso instrumental da tecnologia digital no âmbito da TV, isso não impede que muitos atores sociais usem as novas tecnologias em outros espaços e de outras maneiras. Assim, paralelamente aos movimentos sociais de democratização da mídia que atuam no legislativo, no judiciário e no executivo buscando transformar as condições institucionais da radiodifusão no Brasil, despontou nas últimas décadas uma nova militância atuando em outro front: as ações coletivas com mídia livre.

Apresentação das experiências de tecnologias livre

Começamos esse tópico revisando a diferença que Arendt estabelece entre *labor* e *trabalho*. Essa elucidação teórica parece necessária num contexto em que a produção de utilidades demandadas pela própria lógica de reprodução do sistema capitalista constitui o chamado último das tecnologias de informação e comunicação. Afinal, para que servem os computadores? Em contraste com o labor, cujo produto último é totalmente eliminado na garantia da sobrevivência humana, a produção de artefatos pelo trabalho torna a atividade menos derrisória; ali não se trata de mera reprodução da vida. Porém, aqui tampouco alcançamos “significância” propriamente dita. Para Arendt, o trabalho permanece circunscrito ao âmbito da “utilidade”. A diferença entre esses dois conceitos é compreensível se atentarmos para a distinção que a linguagem comum estabelece entre “para quê” e “em nome de quê”. É em nome da serventia que o *homo faber* julga e faz tudo em termos de “para que”. E esse torna-se o conteúdo “em nome de que”

4 Conforme dados do Ministério das Comunicações, até dezembro de 2010, o sinal digital já estava acessível a 89,5 milhões de brasileiros. Disponível em <http://www.teleco.com.br/tvdigital.asp>. Acesso em 24 de março 2011.

5 *Middleware* é o *software* instalado nos conversores e televisores digitais sobre o qual as aplicações interativas são executadas. No sistema brasileiro recebe o nome de Ginga e foi desenvolvido potencialmente pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

o fazer é realizado. Assim, conclui a autora, “a utilidade, quando promovida a significância, gera ausência de significado” (1997, p. 167). O impasse de todo utilitarismo é que os fins sempre são convertidos em meios para outros fins. Assim que é atingido, todo fim deixa de ser um fim e perde a capacidade de organizar a escolha dos meios. Deste modo, é acrescentado ao arsenal de coisas que o *homo faber* pode usar para alcançar outros fins. “O significado, ao contrário, deve ser permanente e nada perder de seu caráter” (1997, p. 168) seja quando encontrado pelo homem, seja quando permaneça inatingido.

É possível supor que boa parte do fracasso das iniciativas de inclusão digital se deva ao fato de estarem comumente presas ao princípio da utilidade. Ao pretender ensinar um pedreiro a apresentar seu orçamento em uma planilha de Excel, por exemplo, tais iniciativas esquecem de perguntar o que ganha o usuário em estender o labor ou, na melhor das hipóteses, o trabalho, até o tempo de aprendizado dessas tecnologias (Cf. Ferreira e Rocha, 2009; 2010). Não por acaso, o uso “espontâneo” das novas tecnologias em *lan houses* parece concentrar-se em jogos e redes sociais. O caráter lúdico daquelas atividades e a sociabilidade ali envolvida propõem usos que escapam dos limites estreitos do labor e ao trabalho e se aproximam da *ação*, ou seja, das atividades que os seres humanos põem em prática, não como simples seres vivos ou como fazedores de instrumentos, mas como indivíduos que partilham da inquietação acerca da vida que devemos considerar propriamente digna.

As políticas de “inclusão digital” no Brasil estiveram fortemente lastreadas na idéia de *digital divide* (“divisão digital”), tal como formulada pela *National Telecommunications and Information Administration*, ainda na década de 90. Essa idéia norteou a primeira iniciativa sistemática na área: o *Livro Verde*, iniciativa do Governo Fernando Henrique Cardoso, no ano de 2000. O acesso às tecnologias de informação e comunicação, e em especial à Internet, era percebido como condição fundamental para o desenvolvimento econômico do país e como uma possibilidade de abertura de oportunidades de renda e emprego para amplas parcelas da população, em especial, para as camadas pobres. Mas a “divisão digital” era compreendida também como um entrave à plena realização da cidadania em uma sociedade que dependia cada vez mais da informação. Por isso, a idéia de “inclusão digital” expressa naquele documento trazia também conotações relativas ao empoderamento dos usuários através das novas tecnologias.

O *Livro Verde* orientou as políticas de inclusão digital a partir de sua ênfase no desenvolvimento econômico e no exercício da cidadania. Já no *Livro Branco*, de 2002, que propõe os “caminhos” a partir dos quais o ingresso na “sociedade de informação” seria viabilizado, a “inovação” passou a ocupar o lugar proeminente. Muito mais pragmática, a concepção de que as novas tecnologias são instrumento de desenvolvimento econômico, através do aumento da qualificação da mão-de-obra e da capacidade de inovação das empresas, é o tom predominante nas políticas públicas para o setor desde então, o que as submete a uma idéia empobrecida de desenvolvimento. Com a ascensão de Lula à Presidência da República, essas políticas parecem ter sofrido uma influência renovada da velha ênfase na cidadania e uma aproximação nova com iniciativas de mídia livre, embora as iniciativas do Governo Federal tenham grande dificuldade de superar os objetivos mais pragmáticos de fornecimento de equipamentos, como constatamos em pesquisa realizada na região metropolitana do Recife (Ferreira e Rocha, 2009).

Em que medida aquilo que aqui chamamos de experiências com tecnologias livres constitui um fato político que contradiz, questiona a lógica que preside os projetos de inclusão dos indivíduos nos moldes elementares de reprodução ditados pelo regime de acumulação flexível, ou, se quiserem, por uma visão parcial do que é a sociedade do conhecimento? É necessário, antes de continuar, deixar claro a que se refere esse termo. As 'tecnologias livres' a que nos referimos dizem respeito a um movimento político surgido entre produtores de tecnologia de informação e comunicação e que visam à sua democratização. Em outras palavras, esse movimento acredita que softwares e hardwares devem ser usados, copiados, estudados e redistribuídos sem restrições. Isso implica que as modificações feitas tanto em programas quanto nos equipamentos físicos podem ser realizadas e compartilhadas também sem restrições. O conceito de 'livre' se opõe ao de restritivo e à noção de software proprietário, cujas alterações no seu código de funcionamento são vedadas. Tanto softwares livres quanto hardwares livres são vinculados a licenças de uso que visam garantir as liberdades de execução, distribuição, modificação e repasse sem que para isso seja necessário a permissão do(s) autor(es) (Torvalds & Diamond, 2001). Portanto, para tecnologias livres estão associados licenças de uso que procuram garantir

- A liberdade de executar o programa ou de uso do hardware, para qualquer propósito;
- A liberdade de estudar como o programa ou hardware funciona, e adaptá-lo para as suas necessidades. Acesso ao código-fonte, no caso dos softwares, é um pré-requisito para esta liberdade;
- A liberdade de redistribuir cópias de modo que se possa beneficiar o próximo;
- A liberdade de aperfeiçoar o programa e/ou hardware, e liberar os seus aperfeiçoamentos, de modo que toda a comunidade se beneficie. Acesso ao código-fonte é um pré-requisito para esta liberdade.

Um marco importante para identificar o surgimento de tecnologias livres no sentido aqui utilizado são as iniciativas que passaram a promover o desenvolvimento de softwares baseado em padrões abertos. Esse movimento foi fundado por Dennis Allison no *release* do software Tiny BASIC ainda em 1975, no qual se lia: "Apoiemo-nos nos ombros uns dos outros, em vez de pisarmos nos pés". Outros importantes eventos foram, em particular, a publicação do

Manifiesto GNU⁶, escrito pelo físico e programador Richard Stallman em 1985. A meta desse projeto era desenvolver um sistema operacional totalmente livre, o GNU, que se caracterizaria por permitir que qualquer pessoa tivesse o direito não apenas de usar, mas de estudar, modificar e redistribuir o programa e seu código fonte, com a condição de que tais modificações garantissem para todos os mesmos direitos. O Projeto GNU continha ainda uma convocação para a apoio e participação e foi endereçada às comunidades de programadores, engenheiros de software, cientistas da computação e hackers em geral. No mesmo ano, o mesmo Stallman criou a *Free Software Foundation (FSF)*, dedicada à eliminação de restrições sobre a cópia, redistribuição, estudo e modificação de programas de computadores – bandeiras do *movimento do software livre*. Até o início dos anos 1990, a FSF estava focada na escrita de software. Com as várias iniciativas que passaram a existir, voltou sua atenção para aos aspectos legais e estruturais da comunidade do software livre, entre elas, o aperfeiçoamento de licenças de software e daquilo que os especialistas denominam 'documentação', ou seja, dos bancos de dados que determinam como softwares funcionam.

Em sua vertente física, o movimento em favor das tecnologias livres passou a existir um pouco antes, no início da década de 1970 com a criação dos primeiros dispositivos lógicos programáveis (*Programmable logic device* – PLD) pela Texas Instruments⁷. Diferentemente dos softwares livres, os hardwares livres ainda estão sendo definidos formalmente⁸. A criação e distribuição de hardwares têm custos superiores à criação e distribuição de softwares, por causa da diferença óbvia de natureza de um e de outro. A materialidade dos hardwares impede sua distribuição sem custos. Por isso, a maior parte dos projetos de hardware aberto distribuem o desenho (design), de onde parte a implementação, a confecção do produto físico. É nesse sentido que os designs de hardware podem ser disponibilizados gratuitamente com licença aberta, com *copyright* ou patenteada. A escolha do licenciamento fica a critério do desenvolvedor.

No Brasil, as ações coletivas tendo como base processos de ensino-aprendizagem com tecnologias livres se intensificaram a partir do ano 2000 de forma autônoma – sem maior apoio do poder público. A partir de 2003, passaram a intervir e a participar da elaboração e aplicação de políticas públicas do governo Federal, em especial da Ação Cultura Digital, do Programa Cultura Viva do Ministério da Cultura sob a gestão de Gilberto Gil (Pinto, 2010).

As ações coletivas com tecnologias livres, assim, praticam uma perspectiva oposta à dos programas 'tradicionais' de inclusão digital, na qual são tecidas as condições de possibilidade para que aconteça uma apropriação crítica das tecnologias; apropriação esta que torne possível a produção de valor com base na criatividade contínua, na comunicação, nas ações de subjetividades culturalmente construídas, nas relações afetivas, no cotidiano sensível das comunidades envolvidas. O aspecto não-utilitarista dos processos de ensino-aprendizagem fomentados pelas ações coletivas com mídias livres, segundo pensamos, estabelece uma linha de fuga em relação a concepções hegemônicas do que seja inclusão digital.

474

O trabalho imaterial que se desprende dessas potencialidades está afinado com aquilo que André Gorz pontuou como sendo o “trabalho da produção de si” (Gorz, 2003). Esse autor aponta uma crise da noção de valor, e a necessidade de considerar “a importância decisiva dos recursos que, como a inteligência coletiva, não têm equivalentes, não são quantificáveis nem mensuráveis, e que conseqüentemente não são permutáveis no mercado”, (Ibid, 61). O ponto de partida e base dessa redefinição é uma concepção de riqueza que aponta para as relações sociais, para as trocas multilaterais de necessidades, capacidades, satisfações, das forças produtivas. Há aqui um processo de descentramento da origem da riqueza que flagra a inadequação das unidades de valor e de tempo para medir o saber. Gorz menciona que, nesse sentido, a superação do capitalismo se define como uma necessária superação do produtivismo.

Em sintonia com essa perspectiva, Guattari escreve que “Agora é a máquina que irá ficar sob o controle da subjetividade, não de uma subjetividade humana re-territorializada, mas de uma subjetividade maquínica de um novo gênero”, (Guattari, 1996, p. 186). Para os defensores das ações coletivas com 'tecnologias livres', pôr em questão o produtivismo do capitalismo significa estabelecer uma outra relação com o tempo, com o próprio corpo e com a natureza, que se reflete no desenvolvimento da “capacidade de prazer”, da “aptidão ao lazer”, nas atividades artísticas e em outras atividades não instrumentais que construam uma produção de si. Segundo tal perspectiva, trata-se de contribuir para a construção de espaços (lógicos, físicos, afetivos e normativos) que permitam a expansão das potências criativas, a quebra da previsibilidade e a superação da relação industrial entre projeto e produto. Aliás, neste sentido, o resultado das ações coletivas com tecnologias livres se aproxima de seu próprio percurso, de sua relação processual com os sujeitos que tomam parte, sendo composto de encontros, celebrações, performances, compartilhamentos de saberes, intenções.

Essa abordagem não utilitarista permeia a apropriação crítica de ferramentas e de linguagens, de modo que, para tais ativistas, ela é por si já uma alternativa à lógica de mercado, da preparação da mão-de-obra e do 'produto' que habitam as entrelinhas dos programas de inclusão digital. A ideia de apropriação crítica pressupõe metodologias e referências discursivas que precisam ser pontuadas. É necessário observar inicialmente a perspectiva que procura

6 Cf.: <http://www.gnu.org/gnu/manifesto.pt-br.html>, acessado em 17/11/2009

7 Cf.: http://www.halfbakery.com/idea/Open_20Source_20Hardware_20Initiative

<http://blog.makezine.com/archive/2007/04/open-source-hardware-what.html> acessado em 01/06/2011.

8 Esse debate é público e está ocorrendo no Web site do Open Hardware Summit, (<http://openhwaresummit.org/>). Acessado em 04/06/2011

adequar a implementação de telecentros às necessidades simbólicas, aos espaços disponíveis e/ou construídos coletivamente nas comunidades e ao cotidiano destas. Nestes casos, a instalação dos computadores é um processo realizado com seus futuros usuários, em oficinas nas quais as máquinas são literalmente desconstruídas. As máquinas são abertas e seu interior esquadrihado em atividades cujo resultado é o funcionamento de um número mínimo de computadores em rede, conectados à internet. Isso implica também num processo de desmistificação do artefato, e que contribui para que ele não seja manuseado com 'excessivo respeito', como um outro externo e distante. É possível interferir sobre a tecnologia num sentido amplo - e isso inclui colocar em suspensão fenomenológica, em suspeição uma cultura do labor, uma cultura utilitarista. Empreender a abertura da caixa-preta tecnológica qualifica os processos de aprendizagem como processos de formação de identidade, de pertencimento, de expressão de relatos e subjetividades que não encontram espaço nos canais comerciais de comunicação. E tudo isso é radicalmente distinto da ideia de 'capacitação', núcleo de uma visão ainda hegemônica da inclusão digital que pressupõe sempre uma população de incapazes a ser devidamente civilizada e um núcleo de sabedoria civilizadora.

Uma das ações coletivas com tecnologias livres que melhor explicita esses princípios é a *Metareciclagem*, nome que se refere a uma rede de interações, troca de experiências e planejamento, mas que indica também uma metodologia de recuperação de computadores. Essa ação toma a forma de uma

“rede auto-organizada que propõe a desconstrução da tecnologia para a transformação social. A troca de informações, conhecimentos e até equipamentos e a articulação em rede é um elemento fundamental para a Metareciclagem. Enquanto metodologia, a Metareciclagem é realizada, com os futuros usuários, por meio da desmontagem e remontagem de computadores velhos, a sucata produzida pela obsolescência programada⁹ para a instalação de sistemas operacionais livres (softwares livres). De um ponto de vista conceitual, trata-se de um “processo de construção coletivo de conhecimento e consequente domínio de uma determinada tecnologia que, no limite, desmistifica e abre um novo campo, uma nova interface, uma nova gestualidade e novas possibilidades de criação, enfim, uma nova linguagem e sua simbologia”.

Aplicado às tecnologias digitais, aos computadores pessoais e à eletrônica embarcada em equipamentos de uso cotidiano, o conceito passa a se referir à transformação do computador de uma mera ferramenta de trabalho (inacessível e desconhecida) em um instrumento de comunicação sobre o qual os sujeitos podem intervir; em uma linguagem de criação e expressão para refletir as necessidades locais de cada comunidade.

Nesse sentido, o relacionamento com os aparatos técnicos colocados em prática pelas ações coletivas colocam em suspensão a técnica como algo natural (positivo) ou artificial (negativo). E tomam-na como algo sobre o qual é ainda possível atuar. Nesse sentido, Simondon chama atenção para o trabalho do artesão, que é baseado numa organização analítica, deixando sempre a via livre a novas possibilidades. Diz Simondon:

estas possibilidades são a manifestação exterior de uma contingência interior. No afrontamento da coerência do trabalho técnico com a coerência do sistema de necessidades de utilização, é a coerência da utilização que vence porque o objeto técnico (construído) sob medida é de fato um objeto sem medida intrínseca; as suas normas vêm-lhe do exterior: não realizou ainda a sua coerência interna; não é um sistema do necessário; corresponde a um sistema aberto de exigências. (Simondon, 1989b: 23).

Não é por acaso que a filosofia da técnica de Simondon é uma das importantes referências teóricas dos artífices das ações coletivas com tecnologias livres. Também em Deleuze, surge a possibilidade de pensar a técnica, não como o domínio global e totalizante, mas como multiplicidade que permite uma incessante produção a partir dela mesma, uma produção por atualização de uma instância virtual, ou seja, da Diferença. O que a teorização de Simondon, retomada por Deleuze, aponta é uma sucessão de estados metaestáveis em que o objeto técnico nessa perspectiva é pensado e transformado, apropriado e re-significado por práticas artesãs. É uma realidade em fluxo, nômade, de busca do objeto técnico, de busca pela apreensão e apropriação do objeto técnico e que permite que a operação tecnológica seja separada do modelo de trabalho estanque, passando a se sujeitar a operações de deformação, a operações que se aproximam mais de uma modulação do que de uma moldagem.

No que diz respeito às tecnologias livres, tais referências permitem ver a técnica como possibilidade produtiva, dinâmica, alucinada e, ao mesmo tempo, não abortiva, não finalizadora, não destrutiva. E se o cálculo e a utilidade permanecem aqui como perspectiva cultural e política, tal perspectiva não é necessária.

Claro que as forças da repetição mecânica, utilitária, econométrica e calculável podem tomar conta da coisa em qualquer momento, e o fazem, mas já é muito tarde, em outro lugar o diferente surge, uma outra atualização não esperada acontece. (Craia, 2003: 269).

Pensar a técnica com Deleuze implica, para esses ativistas, em considerar o ponto onde a coisa é libertada, ou seja, implica em introduzir a Diferença pura na reflexão e na ação em torno da técnica implica em abandonar os liames

⁹ A Metareciclagem encerra também uma crítica à obsolescência programada de dispositivos computacionais, uma necessidade da indústria para manter aquecido o consumo de computadores pessoais, celulares e todo tipo de traquitana.

mediadores da representação que “tendem a submeter a diversidade dos seres à identidade plena de um conceito geral e abstrato” (Schópke, 2004). A técnica é tomada como multiplicidade, como multiplicidade solta das amarras da medição e da organização de forças previamente determinadas. É a plasticidade dessa perspectiva que anima as apropriações realizadas pelas ações coletivas com tecnologias livres em geral e a Metareciclagem em particular. E se aqui a oposição entre a plasticidade de uma técnica liberta na contingência dos agenciamentos humanos e maquínicos, por um lado, e as determinações de uma perspectiva monolítica, rasa de pensar o mundo, por um lado, pode e deve ser objeto de reflexão, não há dúvida que essa perspectiva mostra a possibilidade de tensões e fraturas na lógica do labor.

A Metareciclagem foi incorporada desde 2003 à ação Cultura Digital do Programa Cultura Viva do Ministério da Cultura em 2003 e está presente hoje entre as atividades da maior parte dos Pontos de Cultura assim em uma grande quantidade de programas inclusão digital financiadas por Estados, municípios, empresas privadas e organizações não-governamentais. Uma das consequências da forma coletiva de construção (ou de reorganização) de um telecentro tal como descrita acima é que este passa a ser entendido pelas comunidades onde funcionam como um espaço sobre o qual todos têm responsabilidades e acesso. O uso que dele emerge é da mesma ordem de apropriação. A função dada a tais telecentros coletivamente planejados e construídos vai bem além da capacitação da mão de obra para o mercado de trabalho. É nesse sentido que se torna possível a superação da noção utilitária em que se ancora boa parte dos modelos de inclusão digital.

Desse processo de criação do telecentro faz parte a instalação de softwares livres – a começar pelos sistemas operacionais, o pacote de programas através dos quais nós nos relacionamos com a máquina. O uso de softwares livres, aliás, é uma condição (não a única) para a efetividade de alguns dos objetivos que permeiam as ações coletivas com tecnologias livres. Eles oferecem a possibilidade de que o uso dos instrumentos de produção de valor não aconteça de forma tutelada, em função dos interesses estabelecidos pela indústria do software proprietário; acena com a possibilidade de conquista de autonomia no trato com os equipamentos; e o relacionamento com uma economia de bens simbólicos calcada na abundância de recursos. Como os softwares livres¹⁰ são abertos à modificação por qualquer pessoa, de acordo com suas necessidades, e habilidades, abre-se a possibilidade para a criação, para a transformação, para a expressão de talentos, subjetividades e inovação em um patamar que não é possível quando se utilizam softwares proprietários.

O entendimento de que tais ferramentas são sempre passíveis de ser retiradas do modelo de uso atribuído pelo trabalho industrial expressa uma posição política. Segundo o discurso que orienta tais processos de intervenção, a 'apropriação' ganha um status radical, na medida em que é pensada para ocorrer na zona obscura, entre a forma e a matéria, entre as essências formais e as coisas formadas. E isso abre possibilidades férteis para a subversão dos objetos técnicos desenvolvidos, criados e construídos pelas instâncias comerciais no/do capitalismo tardio.

A Metareciclagem inspira experimentos ainda mais profícuos, que ocorrem no limite entre arte e a eletrônica. A criação de dispositivos a partir de sucata, a partir de objetos convencionais, do dia a dia, postos em interação com dispositivos computacionais também constituem processos de ensino e aprendizagem não convencionais que abrem múltiplas possibilidades de expressão e formação. Nesses casos lança-se mão do uso de arduinos¹¹, de hardwares livres, do hackeamento¹² de equipamentos, mas sobretudo das demandas de ordem subjetiva vivenciadas pela comunidade onde se desenvolve a ação. Tomemos como exemplo o projeto Mimosa (Máquina de Intervenção Urbana e Correção Informacional), que consiste em oficinas de mídia e mobilização popular através das quais se realiza a montagem de um estúdio portátil móvel de gravação, produção e veiculação de mídias – geralmente montado em um carrinho de super-mercado. Diversas Mimosas já foram criadas em diferentes projetos de inclusão digital na linha que vem sendo aqui exposta. Ao longo de seu processo de construção, explicam-se, aos integrantes da comunidade que participam do processo, equações de primeiro grau, elementos básicos de programação computacional, do funcionamento e montagem de placas de circuitos elétricos, de elementos básicos de eletrônica ao mesmo tempo em que se procura identificar os relatos que os integrantes da oficina gostariam de gravar, provocar, veicular. Essas oficinas revelam um processo de reconhecimento e construção identitária para além do que a lógica utilitarista dos 'tradicionais' programas de inclusão digital permite alcançar. É interessante observar ainda que o nome e a construção da Mimosa incorpora algo mais: o humor, o carinho, o afeto são elementos tão sólidos e necessários

10 O uso de softwares livres, entre outras características positivas, não requer uma grande capacidade de processamento dos computadores, como é o caso do mais popular sistema operacional, o Windows, fabricado pela Microsoft. Nesse sentido, a utilização de softwares livres também atende à necessidade de se alongar o tempo de vida útil dos equipamentos, incentivando a autonomia no trato com a máquina e mantendo a qualidade da performance dos computadores. O fato de ter códigos abertos, por outro lado, possibilita apropriação e compartilhamento de conhecimentos, assim como da expressão da criatividade.

11 Arduino é um computador físico baseado numa simples plataforma de hardware livre, projetada com um microcontrolador de placa única, com suporte de entrada/saída embutido e uma linguagem de programação padrão. O objetivo é criar ferramentas que são acessíveis, com baixo custo, flexíveis e fáceis de se usar por artistas e amadores. Principalmente para aqueles que não teriam alcance aos controladores mais sofisticados e de ferramentas mais complicadas. Pode ser usado para o desenvolvimento de independentes objetos interativos, ou ainda para ser conectado a um computador hospedeiro.

12 Palavra que originariamente se refere a invasão de sistemas computacionais, mas que nos últimos anos, no âmbito dos grupos que realizam ações coletivas com tecnologias livres, passou a denotar a subversão de sistemas organizacionais ou a alteração das funções de equipamentos físicos atribuídas pela indústria.

quanto as placas de circuito que permitem a mobilidade da máquina que grava e reproduz relatos, reivindicações, histórias, vivências, experiências.

É necessário mencionar por fim mais uma frente de atuação das ações coletivas com tecnologias livres: o desenvolvimento de ambientes telemáticos autônomos que servem para hospedar, manter e dar segurança às informações a registros em áudio e vídeo de manifestações culturais variadas, produzidos por dezenas de grupos de mídia livres 24 horas por dia, 7 horas por semana e 365 dias por ano. O nome dessa iniciativa é Rede de Servidores Livres (RDSL), que começou em 2005 como um ambiente no qual a organização não-governamental Descentro, associados e parceiros pudessem hospedar suas próprias pesquisas e trabalhos de outros grupos de mídia livre – o primeiro servidor adquirido suportava os sites dos grupos metareciclagem.org, estudiolivre.org, mediatatica.info, contratv.net e descentro.org, entre algumas outras –, ampliando-se depois o escopo de serventia da rede. As diversas iniciativas e experiências de mídia livre que fazem uso do serviço e da estrutura da RDSL são formadas por “pesquisadores de diferentes ramos da sociedade bem como diferentes instituições acadêmicas, órgãos da sociedade civil, órgãos governamentais federais e estaduais, grupos independentes, provindos de diferentes regiões do país”¹³. Para ser hospedado na RDSL acontece uma análise da qualidade literária e/ou importância para o estudo social e técnico da sociedade brasileira e sua relação com outras ações e idéias originárias de diferentes países do globo de modo que existe uma linha editorial que procura privilegiar a publicação de informação, cultura e conhecimentos em consonância aos objetivos da rede e que possam ser licenciados de forma generosa, ou seja, usando uma das licenças públicas e alternativas já comentadas¹⁴.

As orientações de uso da RDSL por projetos e iniciativas de mídia livre passam pelo fortalecimento das comunidades que utilizam os serviços de publicação e hospedagem oferecidos; a produção áudio visual em software livre e aberto, e o questionamento das relações entre mídia e sociedade e seus impactos nas discussões de etnia, gênero, classe, política e sustentabilidade ambiental. Por fim, a relevância do material produzido e disponibilizado pela rede é bem expressa nesses termos no site da RDSL:

muito da manipulação das tecnologias de informação e comunicação estão atreladas a valores comerciais (ou militares) e, portanto, atravessadas por forças polarizantes. o trabalharmos conceitos e práticas como bens comuns, re-apropriação tecnológica, mídia tática, feminismo, centro-periferia, africana, oralidade e software livre, acreditamos ser possível expandir os usos previstos destas tecnologias. A criação de identidade na Internet através da difusão de conteúdos é outra questão de suma importância, visto que brasileiras e brasileiros participam de sistemas de relacionamento e publicação comerciais estadunidenses e em sua grande maioria não conhecem alternativas aos grandes veículos de comunicação online (como Yahoo e Google, por exemplo). Uma alternativa livre e aberta, que prima por compartilhar o conhecimento e ampliar os envolvidos na administração de sua própria infra-estrutura é inovadora, oferecendo um caminho claro para um futuro onde diferentes projetos terão autonomia para disponibilizar suas produção de mídia livre. Não basta ter banda larga se não existir uma rede de servidores livres que possa hospedar e garantir a disponibilização dos conteúdos¹⁵.

477

O que as ações coletivas com mídias livres de uma forma geral permitem ver é que os agenciamentos sócio-técnicos atuais não afirmam uma via única e despolitizadora. Não estamos fadados a reafirmar: o “processo industrial do grande capital degrada mais as reservas humanas e materiais do que ele próprio pode criar ou regenerar”, (Slöterdjik, 1999, p. 78). A apropriação por parte dos artífices das ações coletivas com tecnologias livres estrutura-se a partir de um princípio simples: as ligações que estabelecemos com os objetos técnicos mudam com a consciência que tomamos dessas ligações. Essa consciência, porém, tem um sentido prático, *poiético*, ou seja, ela está intimamente relacionada com a capacidade de vivenciarmos cotidianamente a possibilidade de transformar o que é tecnicamente dado. Mas o que é dado pressupõe sempre um contexto de horizontes abertos pelas próprias contradições a partir das quais o real se instaura. Esta abertura e estas tensões instauram a virtualidade da subversão do sentido hegemônico a partir do qual o aparato tecno-midiático se institui. Essas possibilidades sugerem que as nossas formas tradicionais de pensar o relacionamento com a técnica foram ultrapassadas ou ao menos não são adequadas para se analisar as ações coletivas com tecnologias livres.

Algumas conclusões

A partir da análise de experiências de ativismo com tecnologias de informação e comunicação, especificamente aquelas experiências que chamamos de movimento com tecnologias livres, procuramos pensar de que forma o político pode se instaurar no seio de nossos engajamentos técnicos. Para além da questão da eficácia de uma transformação de largo espectro a partir de tal perspectiva, cabe-nos oferecer a própria possibilidade de tal ativismo

13 Cf. http://pub.descentro.org/livro/zeladoria_de_servidores, acessado em 06/12/2009.

14 A RDSL ficou em segundo lugar no Prêmio de Mídias Livres concedido pelo Ministério da Cultura em 2009 e com isso deverá ser aumentado o número de servidores da rede. O prêmio, segundo o Descentro, também deverá servir para otimizar a infra-estrutura de equipamentos usados pelos parceiros e diversificar os suportes utilizados

15 Fonte: http://pub.descentro.org/livro/zeladoria_de_servidores; acessado em 06/12/2009.

como fratura no discurso hegemônico acerca do papel das novas tecnologias em nossa sociedade. Se acreditamos ser possível questionar o labor como perspectiva cultural única em que todo ato político haveria de se converter é porque não podemos entender a tecnologia como ação essencialmente despolitizadora. Ela não pode apenas ser pensada como reprodutora de uma ordem ampla, mas como contexto em que essa ordem pode ser posta em suspeição. Há contextos em que esta ordem pode ser mais profundamente questionada. E a possibilidade da democracia reside precisamente neste ponto: de que os espaços existentes no mundo, sua estrutura técnica, seus aparatos, propiciem a oportunidade de pensar a diferença. O ativismo de que falamos, assim, constitui uma evidência de que a sociedade brasileira já comporta pensarmos projetos políticos em que o labor, o nacional-desenvolvimentismo, não sejam nossa única alternativa de construir um mundo melhor. É evidente que as novas tecnologias de informação e comunicação abrem-se mais a uma interação flexível com uma pluralidade ampla de contextos do que o foi a radiodifusão. Porém, no contexto Chinês, por exemplo, é bem mais difícil aproveitar esse horizonte técnico do que uma sociedade em vias de democratização, como a brasileira. E se a democracia é sempre um regime “em vias de”, se sua imperfeição é sempre objeto de maiores investimentos no político, acreditamos não poder negligenciar a evidência de um ruído no discurso hegemônico, como a que aqui analisamos.

Bibliografia

- Adorno, Theodor W. e Horkheimer, Max (1985). *Dialética do Esclarecimento*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Bell, David e Bárbara M. Kennedy (2007). *The Cybercultures reader*. London and New York: Routledge.
- Craia, Elaio Constantino Pablo (2003). *Gilles Deleuze e a questão da técnica*. Tese de Doutorado em filosofia - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- Derrida, Jacques (2001). *Mal de Arquivo. Uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- Ferreira, Jonatas (2010). “A ideia de Democracia Digital na Obra de Heidegger”. *Análise Social*. V, 515-533.
- Ferreira, Jonatas e Rocha, Maria Eduarda da (2009). “Entre a Inclusão e a Democracia Digital: a atuação do Estado e do terceiro setor em comunidades pobres da Região Metropolitana do Recife”. *Liinc em Revista*, 5, 100-116.
- Ferreira, Jonatas e Rocha, Maria Eduarda da (2010). “Digital Democracy: Beyond the Idea of Distributive Justice” en S. Albagli e M. L. (Eds.), *Information, Power, and Politics: Technological and Institutional Mediations*. New York, Lexington Books, 189 – 206.
- Gorz, André (2005). *O Imaterial: Conhecimento, Valor e Capital*. São Paulo: Annablume.
- Gray, Chris H.; Figueiroa-Sarriera, Heidi J. e Mentor, Steven. (1995). *The Cyborg handbook*. London e New York: Routledge.
- Haraway, Donna (1991). *Simians, Cyborgs, and Women. The reinvention of nature*. New York: Routledge.
- Harvey, David. (2001) *Condição Pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola.
- Heidegger, Martin (1987) *Carta sobre o humanismo*. Lisboa: Guimarães Editores.
- Dantas, M. (2009) “Onde os fracos não têm vez. Como evoluiu e por que evoluiu a TV digital” En S. Squirra e Y Fechine (eds.). *Televisão digital: desafios para a comunicação*. Porto Alegre: Sulina.
- Pinto, Luiz Carlos. 2010. *Ações coletivas com mídias livres*. Tese de Doutorado em Sociologia – Departamento de Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- Simondon, Gilbert (1964) *L'individu et sa genèse physico-biologique*. Paris: PUF.
- _____ (1989) *L'individuation psychique et collective*. Paris: Aubier.
- _____ (1989) *Du mode d'existence des objets techniques*. Paris: Aubier,.
- _____ (1990) “Les limites du progrès humain”. *Cahiers Philoso-phiques* 42, 7-14.
- Slöterdijk, Peter. 1999 . *No mesmo barco*. Ensaio sobre a hiperpolítica. São Paulo, Editora Estação Liberdade.
- Stallman, Richard. 2004. *Software livre para una sociedad libre*. Madri, Traficantes de Sonhos.
- Stiegler, Bernard. 1994. *La technique et le temps*. Vol. 1 e 2. Paris, Galilée.
- Torvalds, Linux. e DIAMOND, David. 2001. *Só por prazer*. Linux: bastidores de sua criação. Rio de Janeiro, Editora Campus.
- Virilio, Paul. 1997. *Velocidade e Política*. São Paulo, Estação Liberdade.